



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
BACHARELADO EM PRODUÇÃO CULTURAL

MAYARA CRISTINA DE OLIVEIRA

**ORIENTAÇÕES E PRÁTICAS EM INCLUSÃO: ACESSIBILIDADE
CULTURAL PARA PRODUTORES**

Niterói
2022

MAYARA CRISTINA DE OLIVEIRA

**ORIENTAÇÕES E PRÁTICAS EM INCLUSÃO: ACESSIBILIDADE
CULTURAL PARA PRODUTORES**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharelado em Produção
Cultural da Universidade Federal
Fluminense.

Orientador:
Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues

Niterói
2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

O48o Oliveira, Mayara Cristina
Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade
cultural para produtores / Mayara Cristina Oliveira. - 2022.
45 f.

Orientador: Luiz Augusto Fernandes Rodrigues.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social,
Niterói, 2022.

1. Acessibilidade. 2. Inclusão Social. 3. Projeto Cultural.
4. Capacitação Profissional. 5. Produção intelectual. I.
Rodrigues, Luiz Augusto Fernandes, orientador. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e
Comunicação Social. III. Título.

CDD - XXX



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO
CULTURAL

ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao vigésimo primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas, realizou-se de forma remota (online), em conformidade com resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Fluminense – CEPEX/UFF nº 637/2022 e 1.59/2022 - a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado “ORIENTAÇÕES E PRÁTICAS EM INCLUSÃO: ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA PRODUTORES”, apresentado por **MAYARA CRISTINA DE OLIVEIRA**, matrícula **216033051**, sob orientação do(a) **Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues**.

A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

1º Membro (Orientador(a)/Presidente): **Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues**

2º Membro: **Profª. Drª. Maria Teresa Mattos de Moraes**

3º Membro: **Ana Lucia Ribeiro Pardo**

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):

Aprovado

Reprovado

Com nota final após arguição:

10,0 (dez)

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:

Presidente da Banca

MAYARA CRISTINA DE OLIVEIRA

**ORIENTAÇÕES E PRÁTICAS EM INCLUSÃO: ACESSIBILIDADE
CULTURAL PARA PRODUTORES**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharelado em Produção
Cultural da Universidade Federal
Fluminense.

Aprovado em: 21 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues

Prof.^a. Dr.^a. Maria Teresa Mattos de Moraes

Prof.^a. Dr.^a. Ana Lucia Ribeiro Pardo

Niterói
2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao universo e a vida pelas experiências e pelos encontros durante essa jornada. A minha fé, que me trouxe força nos momentos de dificuldade, quando os obstáculos me fizeram pensar em desistir.

Agradeço a todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente na realização deste trabalho. A minha família pelo carinho e compreensão nas ausências e pelo apoio. A minha mãe pelo incentivo ao estudo, por me oferecer essa ferramenta que me permitiu mirar longe, por vezes no sentido literal da palavra, pela confiança contagiante no meu sucesso e por todo o suporte durante a minha graduação.

Aos meus amados irmãos Aldryn, Michelly, Mylena, Nico, Rafael, Rodrigo e Ryan pela torcida e companheirismo e pelo elo fraterno que traz consciência ao meu ser. As minhas amigas fiéis Andressa e Isabella e as meninas da Casa Amarela, minha família em Niterói, onde encontrei apoio, colo e aconchego de lar, mesmo longe de casa.

Gostaria de agradecer também a todos que fizeram parte da minha jornada pela UFF, professores que me inspiraram e colegas com quem dividi momentos dentro e fora da sala de aula, ao meu orientador Luiz Augusto pelas colaborações, pela paciência e pelo incentivo. Agradeço também a Folguedo por me apresentar esse tema que se tornou tão caro e importante para mim.

Por último, gostaria de agradecer a menina Maya pela coragem e brilho nos olhos que nos trouxeram até aqui.

Ao meu pai e avô José Hilário (in memoriam) que me ensinou que não existe nada mais extraordinário do que a simplicidade.

RESUMO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma em seu Art. 215 que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. No entanto, esta afirmação está longe de corresponder à realidade de pessoas com deficiência. Este trabalho visa desenvolver um instrumento aplicável que colabore para a construção de uma produção cultural mais inclusiva. “Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade cultural para produtores” será um processo formativo que busca estimular o pensamento crítico, reflexivo e contextualizado dos participantes e fortalecer a participação, o diálogo e o entendimento sobre acessibilidade e a realidade das pessoas com deficiência nos espaços culturais, através de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo aprendizagens, discussões, escuta ativa e saberes teóricos e práticos acerca da acessibilidade cultural, de forma a contribuir positivamente com o processo de capacitação do produtor cultural, multiplicando agentes de promoção e implementação da acessibilidade na política cultural.

Palavras-chave: Acessibilidade; Acessibilidade Cultural; Processo Formativo; Projeto Cultural.

SÚMÁRIO

PARTE 1

MEMORIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
INTRODUÇÃO À TEMÁTICA.....	13
1. APRESENTANDO OS CONCEITOS: ACESSIBILIDADE, DEFICIÊNCIA E DIVERSIDADE FUNCIONAL	14
2. PRINCÍPIOS DO DESENHO UNIVERSAL	17
3. CAPACITISMO E FORMAS DE RELACIONAMENTO COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	18
4. ACESSIBILIDADE CULTURAL E CAPACITAÇÃO DO PRODUTOR CULTURAL	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS	25

PARTE 2

PROJETO CULTURAL: “ORIENTAÇÕES E PRÁTICAS EM INCLUSÃO: ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA PRODUTORES”

RESUMO.....	29
1. APRESENTAÇÃO.....	29
2. OBJETIVOS	31
2.1. OBJETIVOS GERAIS	31
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	31
3. JUSTIFICATIVA	32
4. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	35
4.1 DETALHAMENTO DO PROJETO	35
4.2 ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO	37
5. CRONOGRAMA	37
6. ORÇAMENTO	38
ANEXO.....	42

PARTE 1
MEMORIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Meu primeiro contato com o universo da acessibilidade cultural foi no início da minha experiência de estágio em 2018. Uma das minhas primeiras tarefas foi reinscrever a exposição “Cidade Acessível” em um edital de incentivo cultural. Para tal, eu precisaria ler e conhecer o projeto e os resultados de sua 1ª realização em 2015 na Casa da Ciência da UFRJ. O projeto trata de uma exposição interativa e informativa, que traz reflexões sobre acessibilidade e inclusão, através de representações de uma cidade ideal, que garante os direitos e a autonomia de todos nos diferentes espaços urbanos. Além de experiências sensoriais que buscam sensibilizar e provocar reflexões nos visitantes através da empatia.

Naquele momento eu estava no meu 4º período da graduação e o meu desconhecimento sobre o tema me causou certa inquietação. Quanto mais me aprofundava na leitura do projeto, sua conceituação e sobre as diversas dimensões da acessibilidade e inclusão, mais parecia óbvio, básico e fundamental que, produtores culturais desenvolvessem familiaridade com essas discussões e que a atuação desses profissionais contasse com um olhar sensibilizado e voltado para a acessibilidade dos produtos culturais, dos equipamentos culturais e dos processos de criação e produção cultural em que se envolvessem futuramente.

Hoje, quase 5 anos depois desse primeiro contato, eu pude participar de mais 2 realizações da exposição e de inúmeros outros projetos que têm a acessibilidade como fundamento e princípio norteador em seus processos. Ao longo desses anos, tive a oportunidade de acompanhar a ampliação, as atualizações e o aprimoramento das discussões em torno da pauta da acessibilidade cultural.

Pensar na inclusão de pessoas com deficiência é mais uma das muitas formas de democratizar o acesso à cultura e garantir direitos adquiridos no âmbito internacional e local. A acessibilidade cultural é um tema pouco explorado no campo da produção de conhecimento do bacharelado de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense e esse é mais um reflexo da naturalização desse cenário excludente. Apesar da urgência e da importância de reconhecer a promoção da acessibilidade como ação prioritária, ainda se percebe uma insuficiência de condições

institucionais do setor cultural para que esta seja amplamente difundida nos espaços educacionais, formais e informais, mesmo com legislações que embasam e defendem os direitos culturais dessas pessoas e a participação de todos na vida cultural das nossas cidades.

Durante o período de pandemia da COVID-19, onde o isolamento físico de todas as pessoas era recomendado pelas autoridades da saúde de todo o mundo como uma estratégia eficiente contra a propagação do novo coronavírus, a população mundial sentiu os efeitos na saúde física e mental ligados a esse período de isolamento social. Por enfrentarem preconceitos e falta de mobilidade e acessibilidade, o isolamento já fazia parte do cotidiano de muitas das mais 12 milhões de pessoas com deficiência no Brasil (Censo IBGE, 2010). Hoje, todos percebem a importância da cultura, do lazer e de se estar conectado às pessoas. Cidades e ambientes hostis, que dificultam o ir e vir das pessoas, levam muitas pessoas com deficiência a só sair de casa em ocasiões muito específicas, criando obstáculos para o exercício de muitos direitos, incluindo os seus direitos culturais.

Para avançarmos no que diz respeito aos direitos sociais e culturais da pessoa com deficiência é fundamental habilitar o maior número de profissionais para a implementação da acessibilidade na política cultural. A intenção é propor um processo formativo bem estruturado que estimule o pensamento crítico, reflexivo e contextualizado dos participantes e que fortaleça a participação, o diálogo e o entendimento sobre acessibilidade e a realidade das pessoas com deficiência nos espaços culturais com vistas à ampliação de seu repertório cultural em suas dimensões política, social e econômica como afirma Aidar (2003, p.6):

[...] a inclusão social em instituições culturais deve ser compreendida como um passo além do trabalho de desenvolvimento de público, buscando ampliar suas atribuições e implicações sociais ao provocar mudanças qualitativas no cotidiano dos grupos envolvidos.

O presente projeto surge da necessidade de que as políticas, ações e condutas sejam pautadas na compreensão e no acolhimento das pessoas em suas identidades múltiplas e diversificadas, contemplando sua dimensão humana e cidadã e nunca a

deficiência. Além de elucidar a importância da formação e atuação do produtor cultural na implementação de ações de acessibilidade nos bens e ações culturais produzidos.

INTRODUÇÃO À TEMÁTICA

Esse Trabalho Final Projetual, prevê a elaboração do projeto cultural ainda não executado “**Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade cultural para produtores**”. Trata de um processo formativo interdisciplinar voltado para produtores culturais, objetivando a inclusão de pessoas com deficiência aos espaços, linguagens artísticas, conhecimento e práticas culturais. Através da exposição e discussão dos tópicos e temas propostos nos módulos do processo formativo, relatos de experiências, estudos de caso e atividades práticas, o projeto cultural propõe ser executado em 10 encontros, com duração total de 20 horas.

Na ‘Parte 1’ será disponibilizada a escrita de um ‘memorial teórico-conceitual’ que embasará os conceitos e discussões abordadas pelo projeto em questão, com o objetivo de apresentar deliberações que colaborem para o entendimento do contexto em que estamos inseridos (FONSECA, 2002), perpassando pela análise de livros, artigos científicos, legislações, normas técnicas e dados demográficos.

Este memorial teórico-conceitual será constituído a partir de quatro grandes eixos temáticos: 1. Apresentando os conceitos: acessibilidade, deficiência e diversidade funcional; 2. Capacitismo e as formas de relacionamento com a pessoa com deficiência; 3. Princípios do Desenho Universal; 4. Acessibilidade Cultural e o papel do Produtor Cultural.

Na ‘Parte 2’ deste material, será apresentado o projeto cultural, a partir dos itens necessários à sua elaboração, tais como resumo, apresentação, objetivos, justificativa, estratégias de ação, cronograma e orçamento. Ainda constará ao final do projeto, um anexo com o conteúdo programático dos módulos que compõem o processo formativo proposto.

Projetos culturais podem ser colocados como um primeiro passo para operacionalizar uma ideia, são poderosos instrumentos técnicos e estratégicos utilizados para desenvolver desejos culturais, valores culturais, bens culturais, produtos culturais, entre tantos outros. Rodrigues (2011, p.14) diz que superando a instrumentalidade intrínseca ao Projeto cultural, é possível estabelecer “novos processos de subjetividade, uma vez que conjuga novas percepções de mundo, como também busca “apreender anseios e desejos para com os grupos sociais para os quais se volta”, ou seja, possibilitar diálogos e construções que sejam feitas através de ações e processos em conjunto com o grupo social no qual o Projeto cultural está direcionado.

O projeto cultural “Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade cultural para produtores” pretende introduzir produtores culturais - em formação ou não - às principais discussões e reflexões do campo da acessibilidade cultural: Quais são as diversas deficiências e como elas limitam ou potencializam a fruição artística? Como uma pessoa com deficiência interage com as diferentes linguagens artísticas? Quais são as maneiras de tornar um produto cultural acessível?

Nossos museus e espaços culturais são acessíveis a todos não apenas no aspecto físico, mas também comunicacional, de sinalização e de conteúdo (obras, textos, vídeos, etc.)? A equipe de atendimento desses espaços conta com treinamento em acessibilidade atitudinal? Os equipamentos possuem em seu quadro de equipe e exibem criações artísticas de pessoas com deficiência?

Entender e reconhecer a produção cultural para pessoas com deficiência é uma quebra com o senso comum que tende a fortalecer convicções procedentes de poderosas correntes que conservam ideias pré-moldadas da sociedade impedindo reflexões e perpetuando exclusões.

1. APRESENTANDO OS CONCEITOS: ACESSIBILIDADE, DEFICIÊNCIA E DIVERSIDADE FUNCIONAL

A acessibilidade é compreendida como a possibilidade de acesso e condições para a utilização com segurança e autonomia de informação, espaços, produtos e serviços por qualquer pessoa, independente de limitações físicas, sensoriais, intelectuais ou de qualquer natureza. A Lei Brasileira de Inclusão, define a acessibilidade como um direito que garante à pessoa com deficiência viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.” (LBI, 2015, artigo 53).

Apesar de um direito respaldado pela Constituição Brasileira de 1988 e legislações como a Lei Nº10.098/2000, o Decreto Nº5.296/2004 (ambos fazem referência a NBR9050 de Acessibilidade elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão Nº13.146/2015, inspirada no protocolo da Convenção da ONU (2006) sobre os direitos das pessoas com deficiência, persistem diversas barreiras que impedem a efetiva inclusão social de pessoas com deficiência através da acessibilidade.

A deficiência foi conceituada historicamente através de modelos. O primeiro foi o modelo médico, que entendia a deficiência através de uma narrativa biomédica, o que trouxe como consequência a construção de estigmas sociais que relacionava pessoas com deficiência à marginalidade, incapacidade ou a doenças crônicas (FIGUEIRA, 2008). Em 1980 surge o modelo social, indo além do modelo médico ao tirar do indivíduo a responsabilidade pela opressão experimentada e a transferir para a incapacidade social em prever e incorporar a diversidade.

O que o modelo social promoveu foi a compreensão da deficiência como uma expressão da diversidade humana, um argumento poderoso para desconstruir uma das formas mais brutais de opressão já instituídas – o desprezo pelo corpo deficiente. (DINIZ, 2007, p. 77)

Uma vez que a deficiência é toda e qualquer forma de desvantagem resultante da relação do corpo com lesões e a sociedade (DINIZ, 2007), é correto afirmar que as deficiências só se apresentam na relação com os impedimentos e as barreiras, sejam elas físicas e/ou arquitetônicas, comunicacionais, sociais ou atitudinais.

Recentemente, o termo diversidade funcional tem sido utilizado como uma expressão alternativa à “deficiência”, buscando romper com a ideia negativa e pejorativa geralmente associada a pessoas e corpos que estão fora de um suposto padrão de “normalidade”. O conceito foi proposto por Agustina Palacios e Javier Romañach em janeiro de 2005 no Fórum de Vida Independente, na Espanha.

Pessoas com diversidade funcional são pessoas que funcionam de maneira diferente, mas a quem não falta algo. Reforcemos a diferença, não a “carência”. Virar essa chave é fundamental para que pessoas com diversas configurações de corpos e cognições não sejam impedidas de exercer sua própria individualidade e capacidade de agência e de decisão. Para que sejam vistas e tratadas como sujeitas de direitos, e não como objetos de intervenção (MANCEBO, 2016).

Segundo o último censo do IBGE, 24% da população brasileira - o que corresponde a 46 milhões de pessoas - declara pelo menos algum grau de dificuldade visual, auditiva, motora e/ou mental/intelectual. Considerando somente os que apresentam grande ou total dificuldade, temos mais de 12,5 milhões de brasileiros, o que corresponde a 6,7% da população (IBGE, Censo Demográfico 2010).

É interessante destacar que a concepção de ambientes, serviços e produtos que considerem o uso de todos os indivíduos, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais e intelectuais, traz resultados que beneficiam não somente as pessoas com deficiência, mas toda a comunidade, incluindo idosos, pessoas com mobilidade reduzida ou com restrições temporárias de locomoção, pessoas com carrinho de bebê ou transporte de materiais, assim como crianças e pessoas em situações que gerem limitações de compreensão de conteúdos, como desconhecimento das linguagens ou idiomas.

A acessibilidade deve ser considerada de forma universal para que as pessoas com deficiência e outros públicos sejam beneficiados por novas concepções que melhorem o acesso físico, comunicativo, informacional, atitudinal e a fruição para garantir experiências inclusivas e que corroborem com a diversidade cultural e humana (SARRAF, 2018, p. 27).

2. PRINCÍPIOS DO DESENHO UNIVERSAL

Outros pontos que fortalecem a relevância da pauta da acessibilidade é a atenção para grupos não assistidos pelas formas atuais de construção de espaços, serviços e produtos, não se restringindo apenas a pessoas com deficiência, além da análise das projeções populacionais para as próximas décadas.

Como seres humanos, ao longo da vida, passamos por transformações e mudanças biológicas que alteram nossas características físicas e habilidades. Quando crianças, até a estatura nos retém de alcançar ou manipular vários objetos, seja por questões de segurança, seja porque, como criança não fomos pensados como um possível usuário. Como adultos, podemos nos encontrar em muitas situações que dificultam temporariamente nossa relação com o ambiente, como uma gravidez, acidentes, fraturas, até mesmo quando carregamos pacotes volumosos ou pesados, entre outros. Ao envelhecermos, nossa força e resistência diminuem. Nossos sentidos são comprometidos e nossa memória é comprometida. Também é possível, adquirir uma deficiência no decorrer da vida seja ela física, psíquica ou sensorial.

Em 2050, a projeção da ONU é de que 31% da população brasileira seja composta por idosos refletindo em uma inversão da pirâmide, fazendo com que pela primeira vez na história, o Brasil tenha mais idosos do que crianças. Em vista disso, o envelhecimento populacional e a longevidade tornam-se discussões potentes e necessárias frente às ações de acessibilidade, uma vez que funções motoras, visuais, auditivas, etc. são afetadas nessa fase da vida.

O conceito de desenho universal, está relacionado à concepção de ambientes, serviços e produtos que considerem o uso de todos os indivíduos, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais e intelectuais. E isso engloba não somente as pessoas com deficiência. Compreendendo que nossa sociedade é diversa e composta por pessoas com diferentes condições e necessidades é preciso eliminar estas barreiras garantindo o amplo acesso aos espaços e ao conhecimento. Ao considerar não só os projetos, mas principalmente a diversidade humana, o emprego deste

recurso busca respeitar as diferenças existentes entre as pessoas e garantir a acessibilidade de todos (SILVA, 2010).

Embora o conceito tenha sido estabelecido pelo arquiteto estadunidense Ron Mace, pessoa com deficiência, no ano de 1987, foi na década de 90 que ele reuniu um grupo de profissionais que transformou este ideal nos conceitos mundialmente adotados em programas de acessibilidade plena que compreendem os sete princípios do Desenho Universal:

IGUALITÁRIO - Uso equiparável, para pessoas com diferentes capacidades;

ADAPTÁVEL - Uso flexível, com leque amplo de preferências e habilidades;

ÓBVIO - Simples e intuitivo, ou seja, fácil de entender;

CONHECIDO - Informação perceptível, que comunica eficazmente a informação necessária;

SEGURO - Tolerante ao erro, que diminui riscos de ações involuntárias;

SEM ESFORÇO - Com pouca exigência de esforço físico;

ABRANGENTE - Tamanho e espaço para o acesso e o uso.

3. CAPACITISMO E FORMAS DE RELACIONAMENTO COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O capacitismo é compreendido como a manifestação de preconceito para com as pessoas com deficiência. O capacitismo segue uma construção social de que existe um padrão corporal perfeito denominado como “normal”, e assim desumaniza e subestima a capacidade e aptidão de pessoas devido as suas deficiências. A cultura capacitista resulta em marginalização e discriminação, e leva a sociedade a acreditar que pessoas com deficiência valem menos ou são inferiores a pessoas sem deficiência.

No caso do capacitismo, ele alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia. Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e se mobiliza para avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer (MELLO, 2016, p. 3272).

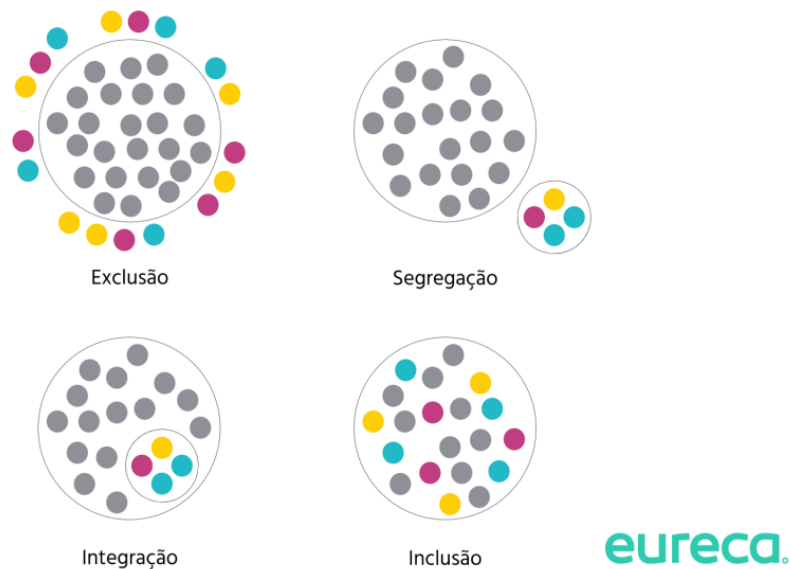
A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, não traz o termo em suas normativas, porém orienta quanto às discriminações contra as pessoas com deficiência, que devem ser encaradas como violações de direitos:

Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas
(Art. 4º § 1º).

A questão comportamental ainda funciona como uma das grandes barreiras para a inclusão de pessoas com deficiência nos ambientes vitais para o desenvolvimento social coletivo e individual. Mais uma vez, vale destacar que mesmo com o reconhecimento legal dos direitos das pessoas com deficiência, as nossas estruturas sociais, políticas e econômicas foram construídas sem considerar a participação e o envolvimento dessas pessoas. Essa discriminação histórica da sociedade na relação com as pessoas com deficiência pode ser caracterizada como uma manifestação do capacitismo.

A inclusão muitas vezes é entendida de forma equivocada. Dessa forma, se faz importante elucidar sobre as diferentes formas de relacionamento com a pessoa com deficiência através dos paradigmas sociais do processo de inclusão.

Figura 1: Formas de relacionamento com a pessoa com deficiência



Fonte: blog.eureca.me

EXCLUSÃO: Quando não há acessibilidade.

SEGREGAÇÃO: Quando há locais separados, acessos por outras entradas do prédio, fluxo expositivo diferenciado e exposições em salas reservadas, dentre outros.

INTEGRAÇÃO: Quando há uma entrada próxima, porém, exclusiva. Quando por exemplo, em um mesmo ambiente há mobiliários ou itens específicos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

INCLUSÃO: Quando todos utilizam o mesmo acesso, o mesmo mobiliário (desenho universal), os mesmos serviços, as mesmas salas, o mesmo percurso (rota).

4. ACESSIBILIDADE CULTURAL E CAPACITAÇÃO DO PRODUTOR CULTURAL

A Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma em seu Art. 215 que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1998). Desta forma, podemos compreender a cultura como um direito básico, por vezes, um instrumento de socialização e reconhecimento ou fortalecimento das identidades plurais existentes. O diálogo entre o universo das pessoas com deficiência e políticas públicas de cultura, une demandas do movimento social fundamentadas na legislação brasileira para a conquista da cidadania cultural das pessoas com deficiência.

A democratização da cultura tem como precondição a ideia de que os bens culturais (no sentido restrito de obras de arte e de pensamento e não no sentido antropológico amplo) são direito de todos e não privilégio de alguns. Democracia cultural significa direito de acesso e de fruição das obras culturais, direito à informação e à formação culturais, direito à produção cultural (CHAUÍ, 2005 – p. 156).

A pauta da acessibilidade cultural, apesar de seu avanço, deve ser fortalecida. Os direitos das pessoas com deficiência, já garantidos na legislação, necessitam se converter em direitos efetivos, capazes, realmente, de garantir a acessibilidade dos mesmos à fruição cultural (DORNELLES, 2018, p. 8).

A Acessibilidade Cultural prevê que os espaços públicos e privados de produção cultural, devem oferecer um conjunto de adequações, medidas e atitudes que proporcionem bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural para pessoas com deficiência. Para que os espaços culturais sejam plenamente acessíveis, é necessário criar e adequar espaços, serviços e produtos que promovam oportunidades equitativas para todos os públicos, independentemente de condições físicas, comunicacionais e intelectuais (DORNELES, 2018).

Acessibilidade Cultural é um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem estar, acolhimento e acesso a

fruição cultural para pessoas com deficiência beneficiando públicos diversos (LOURENÇO *et al.*, 2014, p. 93)

Percebe-se uma preocupação dos espaços culturais pela adequação da arquitetura do espaço físico, visando o atendimento apenas de pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, sobretudo cadeirantes. Essas ações não são suficientes para atender aos variados tipos de públicos e as diversas deficiências. O conceito de acessibilidade cultural vai muito além da questão estrutural e arquitetônica de um determinado equipamento cultural.

Não basta que profissionais de arquitetura, cenografia, design de exposições e ambientes culturais eliminem apenas as barreiras físicas dos espaços. A eliminação das barreiras comunicacionais, de fruição e atitudinais são atribuições dos produtores, diretores, curadores, artistas, mediadores de oficinas, programadores e educadores, pois esses profissionais possuem conhecimentos e experiências que permitem propor, criar e desenvolver manifestações, discursos, recursos e atividades de mediação acessíveis e multissensoriais que permitam a fruição para os vários sentidos de percepção (SARRAF, 2018). Tal feito, pode ser alcançado através dos diversos tipos de acessibilidade:

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA – As adequações físicas, como rampas, elevadores, pavimentos sem degraus, passagens e portas mais largas, altura de balcões mais baixa e sanitários maiores, beneficiam as famílias com bebês e crianças pequenas e pessoas com dificuldade de locomoção temporária e proporcionam um percurso ergonômico para todos os indivíduos.

ACESSIBILIDADE DE CONTEÚDO (comunicação) – As adequações de comunicação, como legendas em português em filmes e vídeos, audiodescrição, materiais de mediação multissensoriais, guias de visitação auditivos e multimídia, melhoram as visitas de crianças em fase de alfabetização, de imigrantes que ainda não são fluentes na língua portuguesa e de pessoas que possuem diferentes formas de conhecer o patrimônio cultural.

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL – A eliminação de barreiras de atitude nas formas de relacionamento com o público contribui para um ambiente mais acolhedor e convidativo para todos os visitantes, independentemente de suas diferenças sociais e preferências individuais.

Dentro desse universo, precisamos sempre considerar as pessoas com deficiência como público-alvo beneficiário principal, uma vez que esses são os indivíduos que demandam mais adequações e mudanças nos espaços, serviços e produtos culturais. Entretanto, outras pessoas com condições físicas, comunicacionais, intelectuais e psíquicas permanentes ou temporárias singulares também são beneficiados pelas adequações de acessibilidade (SARRAF, 2018 p. 25).

A acessibilidade cultural nos mostra que não são apenas os recursos tecnológicos de acessibilidade que precisam ser trabalhados, mas as pessoas em suas potencialidades e sensibilidades evidenciando que cada um aprende de forma diversa e que a troca entre pessoas (com deficiência ou não) amplia as possibilidades de comunicação, compartilhando experiências, promovendo protagonismo e potencializando diferentes corpos como um meio de promoção da mediação cultural.

Outro desafio urgente é a aproximação dos trabalhadores e gestores culturais ao conhecimento da demanda de acessibilidade cultural, bem como os serviços a serem contratados, a qualidade dos mesmos e a aproximação com o público de pessoas com deficiência. Do mesmo modo, é hora também de as pessoas com deficiência ampliarem sua visibilidade como público e plateia junto às atividades culturais acessíveis (DORNELLES, 2018. p. 8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da pauta da acessibilidade cultural nos ambientes culturais é um desafio que requer reflexão, experimentação, avaliação, sendo imprescindível a colaboração de pessoas com deficiência, participando e intervindo nos processos para que cada vez mais possam vivenciar de forma autônoma, as atividades e espaços

culturais, sendo participantes ativos e estimuladores de ações culturais. A articulação da política cultural com outras políticas públicas como de educação, remete à transversalidade e capacidade de diálogo com as políticas de acessibilidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 amplia a finalidade da educação superior, tendo enfoque não apenas para uma educação voltada à qualificação de competências para o trabalho, mas também à integração a diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Desta forma, ações dentro da formação profissional em produção cultural, se destacam como uma meta importante para a manutenção do campo da cultura e garantia do exercício da cidadania cultural.

REFERÊNCIAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

AIDAR, Gabriela. Arte e Cultura, Inclusão e Cidadania. In: **Seminário “Inclusão da Pessoa com Deficiência Visual – Uma ação compartilhada”**. São Paulo: Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, Brasília, DF, jul 2015.

BRASIL. Lei nº 9.39, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF, jul 1996.

BRASIL. Ministério de Cultura. **Plano Nacional de Cultural**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

CHAUI, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005. P232.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

DORNELES, Patrícia. **Do Direito Cultural das Pessoas com Deficiência**. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, núm. 1, pp. 138-154. Universidade Federal do Maranhão, 2018.

EURECA. **As diferenças entre exclusão, segregação, integração e inclusão**. Disponível em: <https://blog.eureca.me/exclusao-segregacao-integracao-e-inclusao/>
Acesso em: 01 ago. 2022.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil**. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2011.

LOURENÇO, Marcia Fernandes et al. **Estudo exploratório sobre o acesso aos museus da Universidade de São Paulo**. Revista Museologia e Patrimônio (Vol 9) n. 1, 2016.

MANCEBO, Mariana. **El accionar colectivo en torno a la discapacidad en Uruguay**. Rev. Urug. Cienc. Polít. [online]. 2016, vol.25, n.spe, pp.79-98. ISSN 0797-9789.

MELLO, Anahi. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. Santa Catarina, 2016.

OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes de et al. **Acessibilidade Cultural no Brasil: narrativas e vivências em ambientes sociais**. 1. ed. Rio de Janeiro. Ed. Multifoco. 2016. 329 p.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, de 13 de dezembro de 2016.

RODRIGUES, Heloisa Bueno. **Projeto cultural: Reflexões para além de um instrumento técnico**. In: Anais - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, VII Enecult, Salvador: 2011.

SARRAF, Viviane. **Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência – benefícios para todos**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação / Nº 6, 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão** – Parte 2. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set./out. 2007, p.20-30

SILVA, Laiz de Almeida da. **Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais: estudo técnico sobre a edificação que irá abrigar a Fundação Hansen Bahia, na cidade de Cachoeira – BA**. Monografia (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, p.87, 2010.

PARTE 2
**PROJETO CULTURAL: “ORIENTAÇÕES E PRÁTICAS EM INCLUSÃO:
ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA PRODUTORES”**

RESUMO

Este projeto cultural tem por propósito a execução do processo formativo “Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade cultural para produtores”. O conteúdo programático conta com uma abordagem multidisciplinar, envolvendo aprendizagens e saberes teóricos e práticos acerca da acessibilidade cultural, além de discussões com fruidores, artistas e trabalhadores culturais com deficiência. O processo formativo gratuito conta com 30 vagas e será distribuído em 10 encontros presenciais com duração de 2 horas cada um.

1. APRESENTAÇÃO

No setor cultural, percebe-se uma carência de produtores culturais familiarizados com a implementações de ações e ferramentas de acessibilidade cultural para a promoção de inclusão de pessoas com deficiência em atividades culturais. Mais uma vez, a quebra de barreiras atitudinais é uma parte importante do processo de inclusão, uma vez que estas surgem principalmente do desconhecimento. Dentro do contexto da Universidade Federal Fluminense, é interessante apontar que na matriz curricular do bacharelado em Produção Cultural não consta uma disciplina de Acessibilidade Cultural.

Considerando a ausência da pauta nos planejamentos educacionais, se faz urgente a criação de componentes curriculares em torno da acessibilidade cultural nas formações em cultura de forma transversal, incluindo formações artísticas, tanto na universidade quanto no mercado de trabalho. Torna-se cada vez mais importante que o futuro profissional de produção cultural, aplique técnicas e metodologias de democratização cultural em seus produtos e/ou conteúdo estético artístico.

Se faz necessário ampliar sempre e cada vez mais a divulgação dos direitos das pessoas com deficiência, da necessidade de os projetos terem como foco a diversidade humana e da acessibilidade como uma conquista de todos e para todos, de forma a multiplicar agentes que promovam a democracia na cultura.

“Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade Cultural para Produtores” será um processo formativo para produtores voltado para o campo da acessibilidade cultural. A formação gratuita, atua no sentido de apresentar aos produtores culturais inscritos diversos níveis e dimensões de acessibilidade tais como: arquitetônica (barreiras físicas), metodológicas (estratégias educativas), atitudinal (práticas de sensibilização e conscientização), instrumental (uso de equipamentos e aparatos), programática (adoção da legislação) e comunicacional (uso de variadas formas de comunicação e de tecnologia assistiva) para a aplicação em seus produtos culturais.

Como os espaços culturais devem se preparar para receber todos os usuários de forma a contribuir com o desenvolvimento das potencialidades funcionais, neutralizando e superando diferenças sensoriais, físicas e/ou cognitivas? Como atender demandas diferenciadas, incorporando a acessibilidade às práticas cotidianas?

Pensando na potencialidade da presença de pessoas com deficiência nos espaços de produção de conhecimento do setor cultural e de forma a garantir sua participação – imprescindível - em construções sobre temas de seu interesse e a que estão ligados, serão convidados fruidores, artistas e trabalhadores culturais com deficiência. Levando em conta o lema “Nada sobre nós, sem nós”¹ que evoca o protagonismo e a participação das pessoas com deficiência na formação de políticas públicas.

O objetivo é fortalecer capacidades em promover acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência nos espaços culturais, favorecendo a implementação de ações facilitadoras e a criação de oportunidades para que através dos intercâmbios com consultores, os produtores culturais – durante o processo e a partir dele – façam

1 O ativista de direitos das pessoas com deficiência, Tom Shakespeare, em sua palestra “Entendendo a Deficiência”, registrou o seguinte posicionamento perante a Conferência Internacional “Deficiência com Atitude”, realizada na University of Western Sydney, Austrália, em fevereiro de 2001: *“Reconhecer a pericia e a autoridade das pessoas com deficiência é muito importante. O movimento das pessoas com deficiência se resume em falar por nós mesmos. Ele trata de como é ser uma pessoa com deficiência. Ele trata de como é ter este ou aquele tipo de deficiência. Ele trata de exigir que sejamos respeitados como os verdadeiros peritos a respeito de deficiências. Ele se resume no lema Nada Sobre Nós, Sem Nós”*. Para mais informações consultar: SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2, 2007.

movimentações que impactem o setor cultural de forma a torná-lo mais inclusivo e autônomo.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVOS GERAIS

- Introduzir as especificidades da acessibilidade cultural, seus principais conceitos e definições, além de desenvolver a capacidade do produtor cultural em analisar e implementar ferramentas de acessibilidade, com vistas ao design universal;
- Proporcionar um quadro referencial teórico e de metodologias de trabalho por meio de projetos práticos e análises visando ao final do processo formativo, a produção de um produto cultural e/ou recurso acessível para o ambiente cultural.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar o processo formativo “Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade Cultural para Produtores” ao longo de 5 semanas;
- Executar o projeto em sala de aula de instituição de ensino ou auditório de Centro Cultural;
- Oferecer o total de 30 vagas para o processo formativo;
- Realizar 10 encontros presenciais com duração de 2 horas cada um;
- Convidar consultores, fruidores, artistas e trabalhadores culturais com deficiência para participar do processo formativo, propondo um intercâmbio de experiências e protagonismo, tendo em consideração o lema “Nada sobre nós sem nós”;

- Propor atividade prática no último encontro do processo formativo, visando a produção de um produto cultural e/ou recurso acessível para o ambiente cultural.

3. JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 5º, sobre o princípio constitucional da igualdade, nos seguintes termos: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.”*, garantindo os direitos sociais e individuais das pessoas no Brasil, incluindo pessoas com deficiência. Com base nela, surgiram diversas leis e normas mais específicas visando garantir acessibilidade e inclusão.

Começando pela Lei de Cotas, publicada em 1991, que assegura a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Quase uma década depois, em 2000, foi publicada a Lei Nº 10.098, totalmente fundamentada e elaborada com foco na acessibilidade, com o objetivo de quebrar barreiras do cotidiano, sejam elas urbanas, arquitetônicas, nos transportes ou na comunicação, de forma a alcançar a autonomia das pessoas com deficiência e oportunidade para todos.

Em 2004, o Decreto Nº 5296, reforça o que lei Nº 10.098 previa, trazendo as normas técnicas da ABNT como parâmetros de acessibilidades a serem seguidos, os reunindo no manual da ABNT 9050, e tem como foco a acessibilidade em um projeto, construção, instalação e adaptação de edificações.

A LBI (Lei Brasileira de Inclusão), em vigor no ano de 2016, surge para complementar a Lei Nº 10.098, sendo inspirada no protocolo da Convenção da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em 2006. O documento da ONU tinha como propósito garantir o direito total e igualitário às pessoas com deficiência, deixando um legado importante para as legislações de acessibilidade de todo o mundo, incluindo o Brasil. Também conhecida

como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a LBI, hoje é uma das leis mais completas sobre acessibilidade do país do mundo.

Dentro de um processo histórico de luta, o avanço e aperfeiçoamento de legislações voltadas para pessoas com deficiência são marcos jurídicos importantes, resultado de esforço e participação social, diálogo e articulação política ao longo de muitos anos. Apesar da proteção legal do acesso à acessibilidade, educação, oportunidades de emprego, saúde, cultura, lazer e comunicação, a realidade dos mais de 12,5 milhões de brasileiros com deficiência (Censo IBGE, 2010) ainda está longe de corresponder ao que está previsto em lei.

No contexto da cidadania cultural, a pauta dos direitos culturais das pessoas com deficiência, apesar dos avanços, deve ser fortalecida para que a legislação, as ações e estratégias do Plano Nacional de Cultura sejam convertidas em direitos efetivos e vivências reais de fruição cultural. A Lei Brasileira de Inclusão garante à pessoa com deficiência direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer e assegura a sua participação em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

A implementação de medidas de acessibilidade nas propostas culturais submetidas à Lei Federal de Incentivo à Cultura já é critério de aprovação de um projeto cultural, tendo em vista cumprimento ao disposto no Decreto 10.775/2021, que, em seu art. 27, determina que em programas, projetos e ações realizados com recursos incentivados, total ou parcialmente, devem constar formas para a democratização do acesso aos bens e serviços resultantes, com vistas a proporcionar condições de acessibilidade a pessoas idosas e portadoras de deficiência.

Apesar deste ser um progresso sólido, é imprescindível, além da ampliação de investimentos financeiros destinados a implementação de acessibilidade cultural, a compreensão das especificidades dessa demanda por parte dos gestores e trabalhadores culturais. Desta forma, se faz urgente a criação de proximidade do setor cultural com a pauta da acessibilidade, a compreensão técnica dos serviços a serem contratados, bem como sua qualidade. Além de contato com público, trabalhadores e artistas com deficiência.

Neste cenário, a promoção de ações de capacitação, se mostra como uma estratégia poderosa na agenda da acessibilidade cultural, na qual o papel do Estado é central e a participação e influência das instituições de ensino determinantes. Sendo a proposta de um currículo, uma articulação de uma relação de poder que dá visibilidade a determinadas narrativas sobre o conhecimento, a incorporação de disciplinas de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência nos currículos dos cursos de produção cultural, licenciaturas e bacharelados artísticos representa uma peça-chave na construção dessa política de democratização cultural.

Para avançar na pauta da acessibilidade, é necessário a formação e mobilização de trabalhadores culturais com responsabilidade social e engajados na promoção de cidadania cultural das pessoas com deficiência. Desta forma, a criação de processos formativos como “Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade Cultural para Produtores” também têm um impacto potente e significativo, sendo um instrumento de fortalecimento de política cultural.

Processos formativos são estimulados a partir de análises e escuta intensificada daquilo que é significativo para o setor, buscando compreender as necessidades dos usuários e dos trabalhadores, se atentando ao avanço de questões latentes e seus desdobramentos, tendo em vista a construção de currículos que tenham dialogicidade com a realidade como princípio norteador. Têm a capacidade de promover a apropriação, a concepção e/ou a desconstrução de paradigmas através das reflexões teóricas e práticas.

O processo formativo “Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade Cultural para Produtores” se propõe a capacitar produtores culturais através de reflexões teóricas, intercâmbio com consultores, fruidores, artistas e trabalhadores culturais com deficiência, apresentação de metodologias de trabalho e análise de realizações práticas, além de oficina para criação de produto cultural e/ou recurso acessível.

O projeto se alicerça no diálogo e no fomento e disseminação do conhecimento

em relação a acessibilidade cultural, no protagonismo e participação de pessoas com deficiência no processo formativo, de forma a articular a pauta ao multiplicar o conhecimento e fortalecer redes, visando o exercício da cidadania cultural por todos.

4. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

4.1 DETALHAMENTO DO PROJETO

Pré-produção - 60 dias

A primeira ação do projeto será montar a equipe de trabalho principal que irá atuar ao longo de todas as etapas de execução para realização do processo formativo, sendo essa equipe composta por 1 (uma) coordenadora geral, 1 (uma) coordenadora pedagógica, 1 (uma) assistente administrativa, 1 (uma) articuladora de parcerias e 1 (uma) coordenadora de comunicação. Durante a fase de Pré-Produção, serão realizadas reuniões semanais para desenvolvimento dos 5 (cinco) módulos do conteúdo programático, bem como definição da equipe secundária do projeto como consultores, depoentes e profissionais que irão ministrar cada tópico a ser abordado e as ferramentas e dos instrumentos pedagógicos a serem utilizados em cada um dos 5 (cinco) encontros do processo formativo.

O processo formativo será ministrado por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais como ativistas, depoentes, gestores culturais, produtores culturais, consultores de acessibilidade, especialistas em desenho universal, especialistas em ferramentas de acessibilidade e arte educadores. Ao total serão 15 (quinze) convidados, podendo esse número ser atualizado ao longo do desenvolvimento do conteúdo programático.

Realização de contratação de serviço de assessoria jurídica para suporte nas contratações de prestação de serviços da equipe principal e secundária do projeto, bem como autorizações e documentos diversos. Articulação e busca ativa de local de realização acessível para o processo formativo, assim como realização de visitas técnicas de forma a garantir a acessibilidade do espaço e implementação de adaptações caso necessário.

Paralelamente ao conteúdo programático, será definido ao longo das reuniões semanais, o perfil dos 30 (trinta) produtores culturais participantes do processo formativo. Sendo definidas e implementadas, medidas de inclusão, onde será priorizada e financiada a participação de produtores culturais com deficiência, LGBTQIA+, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e/ou com atuação em território de vulnerabilidade social. O projeto conta com previsão orçamentária para concessão de Vale Transporte (R\$15,00/dia), Vale Alimentação (R\$20,00/dia) e Bolsa Auxílio (R\$800,00) para 15 participantes nesse perfil. Também será definido o processo de inscrição e a elaboração de formulário para coleta de dados de produtores culturais interessados, considerando as medidas de inclusão e levantamento de possíveis deficiências e demanda de ferramentas de acessibilidade. Alinhada a essas pautas, serão definidos e estruturados os meios de execução das estratégias de divulgação de oferta de vagas para o processo formativo.

Produção – 30 dias

Início da abertura de inscrições para o processo formativo “Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade Cultural para Produtores”, o período de inscrições terá duração de 2 (duas) semanas, prorrogáveis por mais 1 (uma) semana. Após seu encerramento, será realizada análise e seleção de candidaturas de acordo com as definições de perfil dos participantes estabelecidas na fase de Pré-Produção. Serão enviadas as confirmações, informações e programação para os produtores culturais selecionados, e efetivadas as possíveis adaptações no espaço de realização e contratações de profissionais como intérpretes de Libras, audiodescritores, monitores, locação de equipamentos, produção de materiais de tecnologia assistiva como impressão em braille, comunicação alternativa, entre outros.

Durante a fase de Produção, serão finalizados os materiais de apoio do processo formativo, como apresentações e materiais didáticos, incluindo em formato acessível e elaboração de documentos de apoio como listas de presença. Além da realização de treinamento em Acessibilidade Atitudinal com a equipe do local de realização.

Realização – 35 dias

Durante a realização do processo formativo “Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade Cultural para Produtores” os 5 (cinco) encontros terão duração de 4 (quatro) horas com intervalo de 1 (uma) semana entre cada um. No último encontro do processo formativo, será proposta atividade prática em grupo, visando a estruturação de uma proposta de produto cultural e/ou recurso acessível para o ambiente cultural.

Pós-produção – 45 dias

Após a realização do processo formativo, serão gerados os certificados de participação e será aplicado um formulário de Avaliação e Perfil de Público participante, a fim de identificar quem são as pessoas que participaram das atividades formativas, como também, acerca de suas impressões e possíveis sugestões para os projetos de ações futuras. A análise das respostas do formulário, irá compor o relatório de execução do projeto que após a finalização de pagamentos de prestadores e fornecedores, será integrado a documentação comprovatória físico-financeira para fins de prestação de contas.

4.2 ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO

Com o objetivo de alcançar o maior número de profissionais interessados, serão estabelecidas parcerias para divulgação do processo formativo em perfis nas redes sociais ligados ao tema, como instituições de ensino, centros culturais e órgãos públicos. Além do envio de informações através de e-mail marketing informativo (newsletter) dos parceiros. Durante a realização do processo formativo, serão distribuídos brindes e apostilas para os participantes e profissionais envolvidos. Ao final, será gerado um relatório eletrônico de atividades desenvolvidas com os resultados e registros das ações do projeto com aplicação de marca do patrocinador/es.

5. CRONOGRAMA*

O cronograma será relativo ao ano de 2023, tendo como base de execução uma duração de 6 (seis) meses totais, entre a primeira ação e a finalização do projeto.

6. ORÇAMENTO*

***PLANILHAS NAS PRÓXIMAS PÁGINAS**

CRONOGRAMA*

<u>ETAPAS</u>	<u>AÇÕES</u>	ABRIL/ 2023	MAIO/ 2023	JUNHO/ 2023	JULHO/ 2023	AGOSTO/ 2023	SETEMBRO/ 2023
Pré- Produção	Realização de ciclo de reuniões de desenvolvimento	X	X				
	Contratação da equipe principal	X					
	Desenvolvimento do conteúdo programático	X	X				
	Contratação de assessoria jurídica	X					
	Contratação de equipe multidisciplinar para o processo formativo	X	X				
	Definição do espaço de realização		X				
	Plano de divulgação		X				
Produção	Abertura do período de inscrições			X			
	Encerramento do período de inscrições			X			
	Contratações profissionais de acessibilidade			X			
	Produção de materiais de tecnologia assistiva			X			
	Finalização de materiais de apoio			X			
	Treinamento em acessibilidade atitudinal			X			
Realização	Realização do processo formativo “Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade Cultural para Produtores”				X	X	
	Oficina Prática					X	
	Lista de Presença				X	X	
Pós- Produção	Emissão de certificados de participação					X	
	Aplicação de formulário de satisfação					X	
	Finalização de pagamentos					X	
	Elaboração de relatórios de execução e prestação de contas					X	X

ORÇAMENTO*

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO PROJETO					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE DE UNIDADES	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
Pré-Produção					
Coordenação Geral	1	mês	6	R\$ 2.000,00	R\$ 12.000,00
Coordenação Pedagógica	1	mês	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
Assistente Administrativa	1	mês	6	R\$ 1.000,00	R\$ 6.000,00
Articuladora de Parcerias	1	mês	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
Coordenação de Comunicação	1	mês	3	R\$ 1.200,00	R\$ 3.600,00
Assessoria jurídica	1	serviço	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
Convidados	7	cachê	1	R\$ 500,00	R\$ 3.500,00
Ministrador	8	cachê	1	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
				SUBTOTAL	R\$ 45.600,00
Produção e Realização					
Transporte da equipe de trabalho principal	1	verba	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Alimentação da equipe de trabalho principal	1	verba	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Bolsa-auxílio para participantes em Vulnerabilidade Socioeconômica	15	verba	1	R\$ 800,00	R\$ 12.000,00
Vale Transporte para participantes em Vulnerabilidade Socioeconômica	15	verba	1	R\$ 150,00	R\$ 2.250,00
Alimentação para participantes em Vulnerabilidade Socioeconômica	15	verba	1	R\$ 200,00	R\$ 3.000,00
Locação de Espaço	1	verba	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Locação de Equipamentos: cadeiras de rodas, muletas, andador, etc	1	verba	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
Locação de equipamentos de audiovisual	1	verba	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Treinamento	1	serviço	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00

Intérprete de Libras	2	serviço	5	R\$ 750,00	R\$ 7.500,00
Audiodescritor	2	serviço	5	R\$ 750,00	R\$ 7.500,00
Materiais de Tecnologia Assistiva	1	verba	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
				SUBTOTAL	R\$ 50.250,00
Pós-Produção					
Assessoria Contábil	1	serviço	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
				SUBTOTAL	R\$ 1.500,00
Custos Administrativos					
Captação de recursos - 10% valor do projeto	1	verba	1	R\$ 12.515,00	R\$ 12.515,00
Impressões, correios, motoboy e afins	1	verba	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
				SUBTOTAL	R\$ 13.215,00
Comunicação					
Fotógrafo	1	serviço	5	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00
Confecção e Impressão Apostila e Certificado	30	unidade	1	R\$ 120,00	R\$ 3.600,00
Redação e Revisão Material Didático - Apostila	1	serviço	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Diagramação Material Didático - Apostila	1	serviço	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Brindes (Chaveiro, Agenda, Garrafas, etc.)	1	verba	1	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Impulsionamentos	1	verba	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Redação e Revisão Relatório de Atividades	1	serviço	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Diagramação Relatório de Atividades	1	serviço	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
				SUBTOTAL	R\$ 27.100,00
				TOTAL	R\$ 137.665,00

ANEXO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Processo Formativo “Orientações e Práticas em Inclusão: Acessibilidade cultural para produtores”

Modalidade: Presencial

Número de vagas: 30 produtores

Carga horária: 20 horas

MÓDULO 1

- O QUE É CAPACITISMO?
- EXCLUSÃO, SEGREGAÇÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO
- LEGISLAÇÕES
- HISTÓRICO LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- “NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”
- DIVERSIDADE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

MÓDULO 2

- DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: UM CONCEITO CULTURAL AMPLO
- O QUE É ACESSIBILIDADE CULTURAL?
- DIVERSIDADE NOS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CULTURAIS: O PÚBLICO
- DIVERSIDADE NOS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CULTURAIS: A EQUIPE – ATUAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CAMPO DA CULTURA
- CURADORIAS ACESSÍVEIS

MÓDULO 3 - RELATO DE EXPERIÊNCIAS

VIVÊNCIAS PCD NA CULTURA – PRODUÇÃO E FRUIÇÃO

POSSÍVEIS CONVIDADOS:

- Stella Savelli / Relato de experiência como designer de equipamentos acessíveis
- Camila Alves / Relato de experiência como mediadora cega
- Bianca Reis / Relato de experiência como mediadora surda

MÓDULO 4

- O QUE É DESENHO UNIVERSAL?
- FONTE AUMENTADA, BRAILLE, AUDIODESCRIÇÃO, MAPA TÁTIL, PISO TÁTIL, LIBRAS, LEGENDA, ACESSOS E ERGONOMIA UNIVERSAL, RECURSOS TÁTEIS E MULTISSENSORIAIS, COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA, ETC: APRESENTANDO AS FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE
- O QUE É ACESSIBILIDADE ATITUDINAL?
- PRODUTOS CULTURAIS E COMUNICAÇÃO: ACESSIBILIDADE NAS REDES SOCIAIS
- PRODUTOS CULTURAIS ACESSÍVEIS – CASES

MÓDULO 5 - ÚLTIMO ENCONTRO - OFICINA

ACESSIBILIDADE CULTURAL E O PRODUTOR: PRODUÇÃO CULTURAL E INCLUSÃO NA PRÁTICA

ANEXO FICHA TÉCNICA

Possíveis colaboradores:

Bruno Baptista

Graduado em Pedagogia Bilíngue pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (2016). Especialização em andamento em Pós-Graduação Lato Sensu Interculturalidade e Descolonização na Educação de Surdos Instituto Nacional de Educação de Surdos, (INES). Educador no Museu do Amanhã, consultor em acessibilidade além de voluntário de iniciação científica do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Inclusiva. Pessoa com deficiência.

Felipe Leão Mianes

Graduado em História (PUCRS), Mestre em Educação (FACED/UFRGS) e doutorando em Educação (FACED/UFRGS), desenvolve sua linha de pesquisa na área de Estudos Culturais em Educação. Trabalha com questões relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência, processos de representação e identidade de pessoas com deficiência visual e produções artístico-culturais de cegos e pessoas com baixa visão. Pessoa com deficiência.

Isabel Portella

Doutora e Mestre em História e Crítica da Arte pela Escola de Belas Artes Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA/UFRJ); Especialista em História e Crítica da Arte do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica/PUC-Rio. Desde 1992 atua em museus desenvolvendo projetos e ações em preservação e conservação. Trabalha no Museu da República desde 2006 como pesquisadora de acervo museológico e curadora de exposições. Curadora adjunta da Galeria do Lago – espaço de Arte Contemporânea do Museu da República. Coordenadora da RAM (rede de Acessibilidade em museus). Pessoa com deficiência.

Patricia Dornelles

Possui graduação em Terapia Ocupacional pela Federação das Faculdades Metodistas do Sul Instituto Porto Alegre (1995). Mestre em Educação pela

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2001) na linha de pesquisa Educação Popular e movimentos sociais e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) na linha ambiente, ensino e território. Atua há 20 anos no campo das políticas públicas culturais. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em política cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: ação cultural, política cultural, ação coletiva, educação popular e saúde e direitos humanos. Trabalhou no Ministério da Cultura entre os anos de 2005 a 2009, implementando o Programa Cultura Viva na Região Sul e as ações de Cultura e Saúde deste órgão. Atualmente é Professora Adjunta I do Curso de Terapia Ocupacional da UFRJ, sendo docente das disciplinas Laboratório A, Laboratório B e Educação Popular e Saúde. Foi Coordenadora substituta de Extensão da Faculdade de Medicina – UFRJ, de outubro de 2010 a agosto de 2012. É coordenadora do I Curso de Pós-Graduação em Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência com o apoio do Ministério da Cultura. É Superintendente de Difusão Cultural do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

Viviani Sarraf

Graduada em Educação Artística (FAAP), Especialista em Museologia (MAE-USP), Mestre em Ciência da Informação (ECA-USP) e doutoranda em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Diretora-fundadora da Empresa Museus Acessíveis, criadora da RINAM – Rede de Informação de Acessibilidade em Museus – e consultora da Fundação Dorina Nowill para Cegos. Recebeu prêmios e títulos nacionais e internacionais nas áreas de Ação Cultural e Educativa, Museologia, Empreendedorismo e Pesquisa. Possui publicações na área de Acessibilidade Cultural e ministra cursos na área em parceria com universidades e organizações culturais brasileiras. Tem experiência na área de Acessibilidade, Museologia, Gestão Cultural, Curadoria e Comunicação, com ênfase em acessibilidade para pessoas com deficiência e públicos não usuais.

Possíveis colaborações institucionais:

Curso de Graduação em Produção Cultural

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Comitê de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)

Folguedo Produções